



Poder Judiciário

Noções gerais. A Função Jurisdicional do Estado. Órgãos do Poder Judiciário. Garantias. Estatuto da Magistratura. Funções Essenciais à Justiça

Dirley da Cunha Júnior



Fanpage do Facebook: Dirley da Cunha Júnior

E-mail: dirleyvictor@uol.com.br



SUMÁRIO

1. A Função Jurisdicional do Estado
2. Órgãos do Poder Judiciário
3. O Estatuto da Magistratura
4. As Garantias do Poder Judiciário
5. Quinto Constitucional
6. Regime Constitucional dos Precatórios
7. Do Supremo Tribunal Federal
8. Do Conselho Nacional de Justiça
9. Do Superior Tribunal de Justiça
10. Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

SUMÁRIO

- 11. Justiça do Trabalho. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho
- 12. Justiça Eleitoral. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais
- 13. Justiça Militar. Dos Tribunais e Juízes Militares
- 14. Justiça Estadual. Dos Tribunais e Juízes dos Estados
- 15. Das Funções Essenciais à Justiça
- 16 . Do Ministério Público
- 17. Da Advocacia Pública
- 18. Da Advocacia
- 19. Da Defensoria Pública



Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

A Justiça Federal compreende os seguintes órgãos:

- (I) os **Tribunais Regionais Federais**; e
- (II) os **Juízes Federais**.

Os TRF's são órgãos de 2º grau de jurisdição da Justiça Federal. A CF/88 regionalizou a Justiça Federal brasileira, prevendo a criação de 05 TRF's.



TRF - 1ª Região (com sede em Brasília) → com jurisdição nas Seções Judiciárias do AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR e TO.

TRF - 2ª Região (com sede no Rio de Janeiro) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de ES e RJ.

TRF - 3ª Região (com sede em São Paulo) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de MS e SP.

TRF - 4ª Região (com sede em Porto Alegre) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de PR, RS e SC.

TRF - 5ª Região (com sede em Recife) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de AL, CE, PB, PE, RN e SE.



Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Todavia, a EC nº 73, de 06 de junho de 2013, acrescentou o § 11 ao art. 27 do ADCT e criou os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, alterando a estrutura da Justiça Federal no Brasil.

TRF - 6ª Região (com sede em Curitiba) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de PR, SC e MS.

TRF - 7ª Região (com sede em Belo Horizonte) → com jurisdição na Seção Judiciária de MG.

TRF - 8ª Região (com sede em Salvador) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de BA e SE.

TRF - 9ª Região (com sede em Manaus) → com jurisdição nas Seções Judiciárias de AC, AM, RO e RR.



Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Os Juízos Federais são órgãos de 1º grau de jurisdição da Justiça Federal, vinculados aos respectivos Tribunais Regionais Federais. Seus integrantes são os Juízes Federais, aprovados em concurso público de provas e títulos, em conformidade com o art. 93, I, da CF.

Os TRF's compõem-se de, no mínimo, sete Juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos, sendo:

- (I) *um quinto* dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira; e
- (II) os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.



Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Compete aos TRF processar e julgar, originariamente:

- a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;
- c) os mandados de segurança e os “habeas-data” contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;
- d) os “habeas-corpus”, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

Compete-lhe também julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.



Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Aos Juízes Federais compete processar e julgar:

- (I) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- (II) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- (III) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- (IV) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- (V) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- (V-A) as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;
- (VI) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- (VII) os “habeas-corpus”, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Aos Juízes Federais compete processar e julgar:

(VIII) os mandados de segurança e os “habeas-data” contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

(IX) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

(X) os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o “exequatur”, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

(XI) a disputa sobre direitos indígenas.

→ As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte. As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal. Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual, hipótese em que o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

→ No âmbito da Justiça Federal não há comarcas, mas Seções Judiciárias. Neste caso, cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, que terá por sede a respectiva Capital e varas localizadas, tanto na Capital como no interior, conforme fixado em lei. Assim, há 27 Seções Judiciárias (26 nos Estados e 01 no Distrito Federal) distribuídas entre os atuais 05 TRF'S.



Justiça do Trabalho. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho

→ A Justiça do Trabalho compreende os seguintes órgãos:

- (I) o *Tribunal Superior do Trabalho*;
- (II) os *Tribunais Regionais do Trabalho*; e
- (III) os *Juizes do Trabalho*.

→ O TST é o *órgão de cúpula da Justiça do Trabalho* competindo-lhe, notadamente através de recurso, *uniformizar* a interpretação e aplicação da legislação trabalhista. Compõe-se de 27 *Ministros*, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

- (I) *um quinto* dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;
- (II) os demais dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

→ Os TRT's compõem-se de, no mínimo, 7 juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 65 anos, sendo: (I) *um quinto* dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (II) os demais, mediante promoção de juizes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente. São 24 TRT's.



Justiça do Trabalho. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho

A EC 45/04 ampliou consideravelmente a competência da Justiça do Trabalho. A sua competência compreende processar e julgar:

- I) as ações oriundas da relação de trabalho, desde que regida pela CLT e legislação trabalhista extravagante, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II) as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- III) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- IV) os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- V) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
- VI) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- VII) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- VIII) a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da CF, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;
- IX) além de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.



Justiça Eleitoral. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

→ A Justiça Eleitoral compreende os seguintes órgãos:

- (I) o ***Tribunal Superior Eleitoral***;
- (II) os ***Tribunais Regionais Eleitorais***;
- (III) os ***Juizes Eleitorais***; e
- (IV) as ***Juntas Eleitorais***.

→ O TSE é *órgão de cúpula da Justiça Eleitoral Brasileira* ao qual compete, fundamentalmente, solucionar, em último grau, as questões eleitorais e uniformizar, em todo o País, a interpretação da lei eleitoral e garantir sua observância e aplicação, assegurando a lisura e seriedade do processo eleitoral. Tem sede na Capital Federal (Brasília) e jurisdição em todo o território nacional. Compõe-se de *7 Ministros*, escolhidos da seguinte forma:

- a) *três* Ministros dentre os Ministros do STF, *eleitos* pelo voto secreto de seus próprios membros;
- b) *dois* Ministros dentre os Ministros do STJ, *eleitos* pelo voto secreto de seus membros; e
- c) *dois* Ministros, *nomeados pelo Presidente da República*, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF.

Os Ministros do TSE são temporários e exercerão mandatos de dois anos, permitida uma recondução, de modo que servirão a Corte por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.



Justiça Eleitoral. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

→ De acordo com a CF/88, haverá um TRE na Capital de cada Estado e no Distrito Federal. São 27 TRE's.

→ Os **TRE's compor-se-ão**:

(I) mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

(II) de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

(III) por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

→ Os **Juízes Eleitorais** são os Juízes de Direito no exercício da jurisdição eleitoral.

→ As **Juntas Eleitorais** são compostas de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade (art. 36 do Código Eleitoral), nomeados 60 (sessenta) dias antes da eleição, depois de aprovação do Tribunal Regional, pelo presidente deste, a quem cumpre também designar-lhes a sede.



Justiça Militar da União. Dos Tribunais e Juízes Militares

A Justiça Militar da União Compreende os seguintes órgãos:

- (I) o **Superior Tribunal Militar**; e
- (II) os **Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei**.

O Superior Tribunal Militar é o órgão de cúpula da Justiça Militar da União e se compõe de 15 Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo *03 dentre oficiais-generais da Marinha, 04 dentre oficiais-generais do Exército, 03 dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e 05 dentre civis*.

Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de 35 anos, sendo:

- (I) *três dentre advogados* de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
- (II) *dois*, por escolha paritária, *dentre juízes auditores e membros do Ministério Público* da Justiça Militar.

A Justiça Militar da União é competente para processar e julgar os crimes militares definidos em lei cometidos por militares das Forças Armadas. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.



Justiça Estadual. Dos Tribunais e Juízes dos Estados

→ De acordo com a Constituição Federal, cumpre aos Estados organizar a sua própria Justiça, desde que observados os princípios constitucionais. A competência dos Tribunais de Justiça deverá ser definida na Constituição do Estado, sendo que a lei de organização judiciária é de iniciativa do Tribunal de Justiça. Na verdade, a competência da Justiça dos Estados é *residual*, compreendendo tudo o que não for de atribuição da Justiça Federal, do Trabalho ou Eleitoral.

→ A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a *Justiça Militar estadual*, constituída, em primeiro grau, pelos *juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça* e, em segundo grau, pelo *próprio Tribunal de Justiça*, ou por *Tribunal de Justiça Militar* nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes (Há TJM's nos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais).

→ Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar *os militares dos Estados, nos crimes militares* definidos em lei e as *ações judiciais contra atos disciplinares militares*, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

→ Todavia, compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, *singularmente*, os *crimes militares cometidos contra civis* e as *ações judiciais contra atos disciplinares militares*, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.



Do Ministério Público (Conceito e Ramos)

→ o Ministério Público é órgão constitucional independente e autônomo, considerado instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

→ De acordo com o art. 128, o Ministério Público abrange os seguintes ramos:

I. O **Ministério Público da União**, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II. Os **Ministérios Públicos dos Estados**.

III. O **Ministério Público junto aos Tribunais de Contas**.



Do Ministério Público (Princípios institucionais, Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público e o CNMP)

→ São **Princípios Institucionais**:

A **Unidade**: o Ministério Público se trata de um único órgão, sob a direção e comando de um só chefe (Procurador-Geral).

A **Indivisibilidade**: nos processos, os membros do Ministério Público podem ser substituídos uns pelos outros, observado o disposto em lei.

A **Independência Funcional**: os membros do Ministério Público são independentes no desempenho de suas funções.

→ O MP e seus membros gozam das mesmas garantias do Poder Judiciário e da magistratura. Submetem-se, também, aos mesmos impedimentos.

→ Existe a previsão, ademais, de um órgão de controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros: o **Conselho Nacional do Ministério Público**, que se compõe de 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, nos termos do art. 130-A. São: o PGR, que o preside; 04 membros do MPU, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; 03 membros do MPE; 02 juízes, indicados um pelo STF e outro pelo STJ; 02 advogados, indicados pelo Conselho Federal da OAB; e 02 cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela CD e outro pelo SF.



Da Advocacia Pública e da Advocacia

→ A **Advocacia Pública** é *órgão de representação judicial e extrajudicial da entidade estatal*, cabendo-lhe, ademais, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Envolve a Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

→ A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

→ o **Advogado** é *indispensável à administração da justiça*, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei (Lei 8.906/94).



Da Defensoria Pública (EC 80, de 04/06/2014)

→ De acordo com o art. 134 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela EC nº 80, de 04 de junho de 2014, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

→ O § 2º do art. 134, introduzido pela EC 45/2004, assegurou às Defensorias Públicas Estaduais *autonomia funcional e administrativa* e a *iniciativa de sua proposta orçamentária* dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

→ O § 3º do art. 134, acrescentado pela EC 74/2013, corrigindo uma incompreensível distorção, estendeu às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal a *autonomia funcional e administrativa* e a *iniciativa de sua proposta orçamentária*, antes asseguradas apenas às Defensorias Públicas Estaduais.

→ E o § 4º do art. 134, acrescentado pela EC 80, de 04 de junho de 2014, definiu como princípios institucionais da Defensoria Pública, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 da Constituição Federal.

